



Documento de Área

Biodiversidade

Coordenador da Área: Paulo Jorge Parreira dos Santos
Coordenadora Adjunta de Programas Acadêmicos: Loreta Brandão de Freitas
Coordenador Adjunto de Programas Profissionais: Leandro Freitas

Sumário

I. Considerações gerais sobre o estágio atual da Área.....	2
II. Considerações gerais sobre a Avaliação Quadrienal 2017.....	7
III. Fichas de Avaliação para o Quadriênio 2013-2016.....	12
IV. Considerações e definições sobre internacionalização/inserção internacional.....	20
V. Outras Considerações da Área de Avaliação	23

DOCUMENTO DE ÁREA 2016

I. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O ESTÁGIO ATUAL DA ÁREA

A ciência da biodiversidade tem a missão de descrever e entender a evolução e a organização da diversidade biológica, bem como prover a sociedade de conceitos e ferramentas que permitam o uso sustentável do patrimônio ou capital biológico. O Brasil detém a maior biodiversidade do planeta, abrigando cerca de 20% das espécies existentes, e é também provedor de importantes serviços ambientais. Para citar alguns destes serviços, o país possui o maior estoque de carbono do mundo e, aproximadamente, 15% da água doce do planeta. A última década assistiu a um enorme avanço na geração de conhecimento e formação de recursos humanos ligados à biodiversidade no Brasil; dados dos Seminários de Acompanhamento 2015 indicavam que no período 2013 a 2014 o país já formava em torno de quinhentos doutores por ano nos diversos temas ligados à biodiversidade.

Entretanto, apesar desse panorama favorável em termos de recursos naturais, da qualificação de recursos humanos e de capacitação profissional, persistem alguns problemas básicos: (i) parte considerável da biodiversidade brasileira permanece desconhecida (não descrita ou inacessível em coleções); (ii) ainda entende-se pouco sobre a organização da diversidade biológica e sua resposta às ações antrópicas; (iii) o país carece de modelos conceituais e de inovação tecnológica capazes de permitir a exploração sustentável e economicamente competitiva dos recursos da biodiversidade; (iv) há pouca comunicação entre a ciência produzida pela área no país e a tomada de decisão em diferentes níveis da administração pública e da decisão empresarial; e (v) existe ainda carência de profissionais nas áreas de gestão de biodiversidade e biologia da conservação, limitando a incorporação dos avanços, formulações e achados científicos e tecnológicos por parte dos atores sociais. Finalmente, a ciência da biodiversidade no Brasil precisa ampliar sua participação, não só no que se refere ao número de publicações de alta qualidade, mas principalmente no estabelecimento de novos conceitos e teorias que nos permitam entender melhor o capital natural e interferir no seu futuro em um contexto de mudanças globais rápidas e drásticas.

Em outubro de 2010, a décima conferência da Convenção da Diversidade Biológica da Organização das Nações Unidas lançou 20 metas a serem atingidas até 2020. Essas metas dizem respeito à proteção de áreas, à conservação de espécies, ao uso de práticas sustentáveis no setor agrícola e empresarial e à capacitação de pessoas, para citar algumas. Embora o Brasil seja signatário, tais metas, bem como os problemas impostos pelo uso inadequado dos recursos naturais (ex.: desertificação, colapso de estoques pesqueiros, extinção de espécies e o empobrecimento biológico de nossos ecossistemas em diferentes escalas espaciais), permanecem ainda pouco presentes nas agendas acadêmicas, embora o panorama esteja mudando nos anos mais recentes.

Há necessidade de estabelecer uma agenda de pesquisa e de formação de recursos humanos atreladas às grandes questões colocadas pela ciência da biodiversidade que são de interesse global, estão na fronteira do conhecimento e, sem dúvida, têm um papel decisivo na competitividade econômica dos países tropicais e na qualidade de vida das futuras gerações. O tratamento efetivo destas questões impõe novas articulações (ex.: reengenharia institucional e conceitual) para a produção e disseminação de conhecimento, bem como de formação de recursos humanos no nível acadêmico e profissionalizante. O Brasil, por ser detentor da maior parcela da biodiversidade global, e, por possuir um sistema amplo e competitivo de produção de ciência e formação de jovens, tem a obrigação de liderar o empenho global no sentido de harmonizar o uso e a conservação dos recursos naturais com o bem-estar humano. A área de Biodiversidade foi criada em 2011, atendendo uma demanda da comunidade acadêmica envolvida com as questões e desafios impostos pelos problemas contemporâneos relacionados à biodiversidade e explicitados acima. A área tem como objetivo principal agregar e expandir a massa crítica envolvida no processo de descrição, entendimento da organização e origem, conservação e uso sustentável da biodiversidade brasileira, considerando os desafios científicos e de formação de recursos humanos impostos pelo momento. Em termos práticos, agregar significa colocar sob o mesmo marco de avaliação, de desenvolvimento estratégico e de interlocução com a sociedade, os Programas que trabalham com a descrição (sistemática, taxonomia, biologia de organismos, fisiologia), com a organização/evolução e com o uso da biodiversidade. Isoladamente, mas principalmente na interface entre essas disciplinas, é que estão emergindo as ferramentas e os conceitos científicos norteadores da pesquisa e da intervenção humana no mundo natural.

A área de Biodiversidade está constituída de 143 Programas de Pós-Graduação (PPG) que se dividem em 91 Programas com Mestrado e Doutorado, 46 Programas apenas de Mestrado acadêmico, um Programa de Doutorado não vinculado a Mestrado e 5 Programas de Mestrados Profissionais. Este conjunto cobre as disciplinas clássicas de Botânica, Ecologia, Oceanografia Biológica e Zoologia. Quase dois terços dos PPG estão concentrados nas regiões Sudeste e Nordeste, caracterizando assimetrias regionais bem conhecidas dentro do sistema nacional de pós-graduação, particularmente no que se refere à proporção de Programas com nível de Doutorado (Figura 1) que varia de algo próximo de 50% nas regiões Nordeste e Centro-Oeste a algo perto de 70% nas demais regiões.

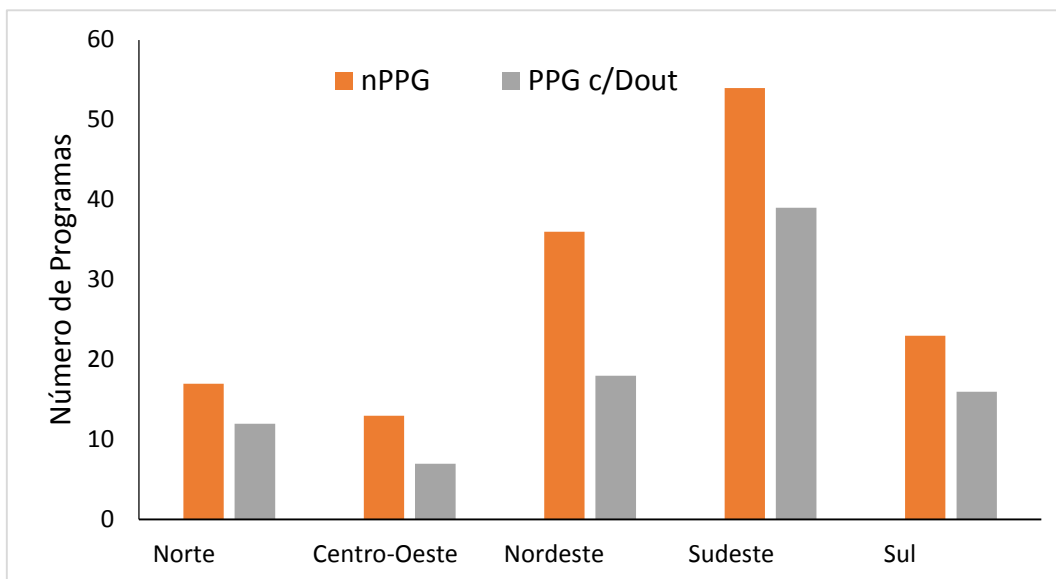


Figura 1. Número de Programas (nPPG) e número de Programas com curso de Doutorado (PPG c/Dout) por região do país.

Em termos de notas, aproximadamente, 70% dos PPG possuem notas 3 e 4 (Figura 2), o que está relacionado, por um lado, com um aumento de aproximadamente 20% de novos PPG que a área aprovou ao longo dos últimos quatro anos (Figura 3) e, por outro lado, com a necessidade, ainda presente, de crescimento qualitativo da área em especial nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste que congregam conjuntamente mais de 45% dos PPG mas que possuem apenas 33% dos Programas com nota 5 ou superior. Um dos possíveis caminhos para um aumento da qualificação seria a fusão de cursos, que naturalmente depende de uma série de fatores, locais e institucionais, mas que é incentivado pelo novo desenho disponível na área de Biodiversidade que permite aos Programas afiliados à área reorganizarem-se, a fim de ampliarem a produção de conhecimento científico e a formação de recursos humanos altamente qualificados.

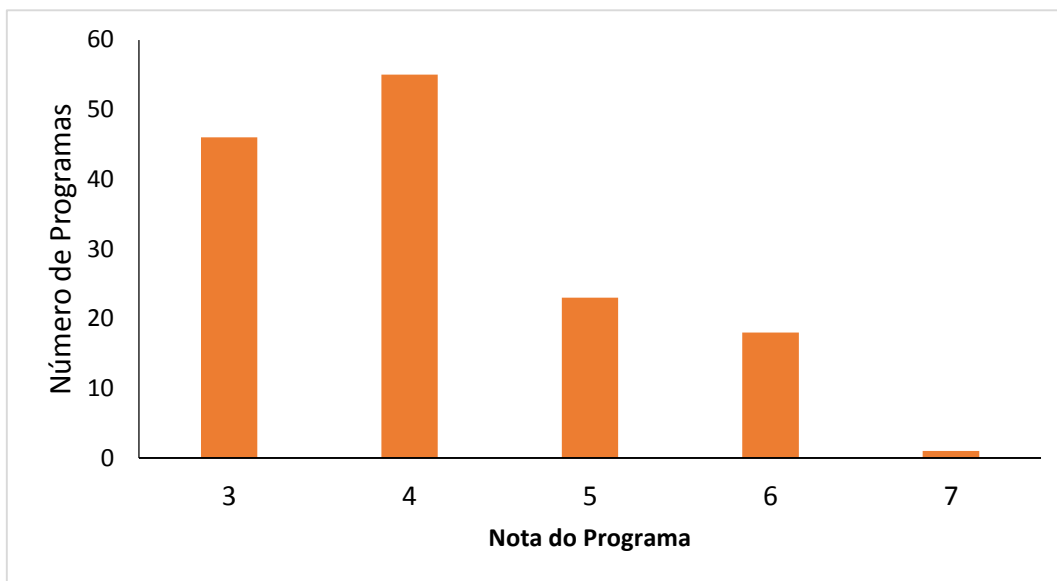


Figura 2. Distribuição dos Programas da área de Biodiversidade por nota obtida na Trienal de 2013 e nos APCN subsequentes.

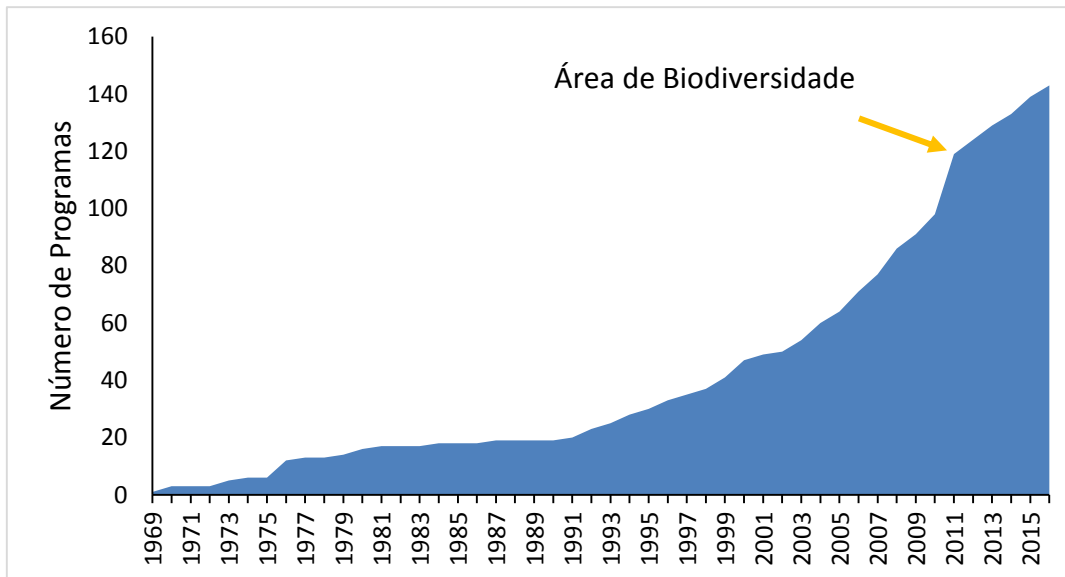


Figura 3. Evolução do número de Programas que constituem a área com seta assinalando o ano de criação da Área de Biodiversidade.

A maturidade científica da área ficou demonstrada na Avaliação Trienal 2013 quando os Programas foram capazes de ampliar a sua participação no conjunto de Programas de nível internacional, que eram apenas 7 e que hoje são 19, ao serem considerados neste nível os Programas com notas 6 e 7. A importância da nova área está representada em uma massa crítica que, em termos de número de pesquisadores, é muito maior do que

o observado em países com destaque na produção de conhecimento e na liderança de produção de ideias inovadoras associadas à gestão e ao uso da biodiversidade e os indicadores de sua maturidade em termos de volume e qualidade de publicações provêm de dados emanados das bases da Thomson Reuters Web of KnowledgeSM. Nesse sentido, convém examinar o progresso recente que vem sendo obtido nas bases de indexadores. Para citar alguns exemplos, o exame do número de publicações na base Thomson indica um crescimento de artigos de Ecology de 93% e de Plant and Animal Science de 55% em 5 anos (artigos somados no intervalo 2006-2010 a 2011-2015). Em termos de qualidade, se considerarmos apenas o conjunto dos 1% mais citados mundialmente o aumento foi ainda mais significativo, Ecology com 142% e Plant and Animal Science com 200%. Este aumento vem acompanhado também de uma grande visibilidade, ambos os temas citados possuem médias de citações por Top Paper acima da média mundial (Ecology - 242 x 192 citações/artigo; Plant and Animal Science – 112 x 107 citações/artigo).

INTERDISCIPLINARIDADE - Literalmente significa estar entre as “disciplinas”, mas é reconhecida como uma combinação de diferentes disciplinas. Sua definição pressupõe o conceito de disciplina (dic. Conjunto de conhecimentos que se professam em uma cadeira/matéria/assunto). Porém, sua importância decorre de reconhecer problemas/temas que precisam de uma abordagem interdisciplinar para sua resolução/estudo. Neste sentido, a interdisciplinaridade, mais do que ser uma nova perspectiva de abordar velhos objetos de estudo, é mais propriamente entendida como o reconhecimento de temas que não são adequadamente tratados em disciplinas clássicas.

A Área de avaliação Biodiversidade abriga um conjunto de disciplinas dentro de três temas básicos: descrição, entendimento da organização e conservação/ uso sustentável da biodiversidade. Estes temas abrigam classicamente disciplinas nas áreas de botânica, zoologia, oceanografia biológica, ecologia e biologia da conservação. Em síntese, Programas de Pós-Graduação na área de Biodiversidade devem atuar no escopo de um, ou no máximo dos três, dos temas básicos aqui definidos e informados à comunidade, via documento disponível na subpágina da área. No contexto de uma interseção mais ampla, existem claras interfaces entre (1) biodiversidade e saúde, (2) biodiversidade e políticas públicas, (3) biodiversidade e desenvolvimento sustentável, (4) biodiversidade e produtos/processos tecnológicos, e (5) biodiversidade e ensino. Programas atuando nestas interfaces estão bem acomodados na área de avaliação Biodiversidade ou na Área Interdisciplinar. No que se refere à interface: biodiversidade e gestão ambiental, PPG atuando nesta temática estariam bem acomodados na área de avaliação Biodiversidade ou em Ciências Ambientais.

A interdisciplinaridade na Área de Biodiversidade deve ser amplamente aceita desde que o foco ou perguntas temáticas, mesmo que novas, possam ser apropriadas por essa Área. Exemplificando: uma proposta de “Biodiversidade e* Agroecossistemas” deveria ser considerada na Área de Biodiversidade se sua abordagem focar nas implicações do agronegócio sobre a conservação/uso sustentável da biodiversidade

porém deveria ser considerada na Área de Ciências Agrárias I ou na Área de Zootecnia/Recursos Pesqueiros se focar no uso da biodiversidade para o desenvolvimento sustentável do agronegócio ou da pesca.

* **e** - Uma proposta em que parte dos docentes estuda biodiversidade e parte estuda agroecossistemas, mas que não trabalham com nenhuma pergunta temática comum, estará mal posicionada em qualquer lugar!

A Área reconhece a necessidade, e está aberta a um maior diálogo na comunidade, de forma a definir temas de pesquisas e perfis de formação profissional com caráter multidisciplinar e que representam demandas atuais de pesquisa e formação de recursos humanos. Esta questão é clara no caso dos mestrados profissionais, os quais poderiam atender a demanda de formação de, por exemplo, biólogos da conservação, gestores de biodiversidade, analistas ambientais e gestores de dados biológicos, e que se caracterizam claramente por demandarem uma formação multidisciplinar.

INSERÇÃO/INCIDÊNCIA no ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO - Os Programas da área de Biodiversidade já desenvolvem um conjunto de atividades diversas, as quais têm influência sobre o ensino médio, destacando-se: a produção de material didático relativo à biodiversidade brasileira, incluindo listagens de espécies ameaçadas de extinção; a inserção de seus docentes em programas de iniciação científica júnior; a promoção por docentes de feiras de ciências e sua participação na estruturação de museus de ciências. A área de Biodiversidade incentiva os Programas de Pós-Graduação a ampliar ou intensificar este conjunto de atividades junto à educação básica da rede pública.

II. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A AVALIAÇÃO QUADRIENAL 2017

A área de Biodiversidade estabeleceu na sua primeira avaliação, a Trienal de 2013, um sistema que permite a comparação de todos os Programas sem necessidade de formar câmaras ou subgrupos. Nas suas considerações iniciais, ainda em 2011, a Área estabeleceu que a avaliação deve: ser contínua e ocorrer em clima de confiança e transparência, considerar as metas como diretrizes do processo de avaliação utilizando métricas diversas e de simples entendimento; apresentar potencial evolutivo (adaptável) e ser capaz de identificar problemas, deficiências e potenciais, individuais e do sistema, fortalecendo-o como um todo e auxiliando o seu aprimoramento por meio do diálogo de seus componentes. Ao final do processo, a avaliação deverá fornecer à sociedade uma análise da qualidade do serviço prestado (formação de recursos humanos qualificados ao nível de Pós-Graduação).

Assim, os critérios/métricas utilizados na Área de Biodiversidade consideram que o serviço prestado à sociedade se traduz no treinamento acadêmico e especialização

profissional em pesquisa para formação de Mestres e Doutores. Deve ainda ser observado que durante este processo de formação é desenvolvido um trabalho de pesquisa científica (original no caso do Doutorado) e que, ao final do curso, é esperado que o aluno tenha adquirido/aprimorado a capacidade de desenvolver trabalho autônomo e demonstrado capacidade de redação de texto científico evidenciada pela publicação ou submissão de artigo(s) em periódicos especializados. No caso do Brasil, foi também reconhecido que o sistema de Pós-Graduação é o principal responsável pela produção de conhecimento científico o qual precisa também ser avaliado.

É considerada, na avaliação dos Programas de Pós-Graduação, que tendo esta como um dos objetivos uma classificação dos Programas, ou distribuição de notas, a mesma só poderá ser alcançada de forma comparativa, seja internamente à Área seja entre as diversas Áreas de avaliação. Assim, e levando em consideração o potencial de evolução/crescimento da área, os valores absolutos ou parâmetros dos critérios/métricas poderão sempre sofrer ajustes ao final do período de avaliação.

Finalmente é considerado que é o “conjunto” dos Docentes, principalmente os Permanentes, que está envolvido no alcance das metas/serviços dos Programas e não a sua “média”. Neste sentido, não são necessariamente os docentes de produção mais qualificada os principais responsáveis pela formação dos Discentes. Esta consideração indica a necessidade de dirigir o processo para uma tentativa de diminuir as heterogeneidades negativas ao nível dos Programas individuais.

Em conclusão, os critérios de avaliação e seus respectivos pesos, indicados na Ficha de Avaliação, foram definidos de forma a: privilegiar a qualidade da produção, medida inicialmente como qualidade dos periódicos conforme aferida pelo Fator de Impacto Padronizado (FIP) e índice H; verificar a inserção adequada de Discentes no processo de produção científica total e de qualidade; indicar a necessidade de redução de heterogeneidades.

A tipificação e qualificação dos produtos técnicos e tecnológicos serão realizadas exclusivamente para os Mestrados Profissionais da área Biodiversidade e serão feitas com base na metodologia utilizada pela área na Avaliação Trienal 2013 (discutida durante os Seminários de Acompanhamento), ajustada às diretrizes e recomendações apresentadas no Relatório Final de Atividades do Grupo de Trabalho Qualis Técnico/Tecnológico, DAV-CAPES (junho de 2016). A área irá considerar ampla gama de produtos e atividades, alinhados em quatro eixos principais (Produtos e Processos, Formação, Divulgação e Serviços Técnicos), por exemplo: Base de dados técnico-científica; Carta, mapa ou similar; Cultivar; Curadoria de coleções biológicas; Produção de acervos; Material didático e instrucional; Processo ou produto patenteável; Desenvolvimento de técnica e de produto não patenteável; Tecnologia social; Manual de operação técnica; Desenvolvimento de software; Protocolo tecnológico; Criação, organização ou docência em atividade de capacitação em diferentes níveis; Apresentação de trabalho; Artigo em jornal e em revista de divulgação ou técnica; Palestrante ou conferencista; Produção ou participação em veículo de comunicação e programas de mídia; Prefácio, posfácio e nota prévia; Responsabilidade por coluna em jornal ou revista; Texto em catálogo de exposição; Assessoria e consultoria; Auditoria; Avaliação de tecnologia, projeto, programa institucional ou política; Certificação/Acreditação de produção técnica ou tecnológica; Conservação/restauração

de acervos; Organização ou curadoria de mostras e exposições; Elaboração de norma ou marco regulatório; Estudos de regulamentação; Laudo técnico; Membro de conselho gestor, comitê ou comissão técnico-científica; Organização de evento; Organização de livro, catálogo, coletânea e enciclopédia; Tradução; Organização de revista e anais (incluindo editoria e corpo editorial); Parecer a revista ou órgão de fomento; Projeto de extensão à comunidade; e Relatório técnico conclusivo.

Cabe ressaltar que a diferenciação entre os produtos técnicos e tecnológicos apresenta grande importância para a avaliação, visto que a produção tecnológica implica avanço do conhecimento, estritamente, e produção técnica faz referência à aplicação ou replicação de algo previamente desenvolvido. No que concerne aos critérios de relevância para classificação da produção, a estratificação dos produtos técnicos será feita com base no seu impacto (demanda, objetivo da pesquisa e área impactada pela produção) e aplicabilidade (abrangência realizada e potencial, e replicabilidade). Para produtos tecnológicos, além desses dois fatores será considerado também o teor de inovação (alto, médio ou baixo) e a complexidade (alta, média ou baixa). Para o processo de avaliação, os produtos serão classificados em uma escala de seis estratos, os quais variam de T1 até T5 e TNC. Sendo T1 o estrato atribuído às produções de maior relevância para o processo de avaliação e TNC a produção técnica/tecnológica não classificada. Para a classificação de Livros e Capítulos de livros serão aplicados os mesmos critérios da produção tecnológica. A aderência da produção à área Biodiversidade e às linhas de pesquisa do Programa é pré-requisito para sua qualificação.

SEMINÁRIOS DE ACOMPANHAMENTO - Na Área de Biodiversidade, o Seminário de Acompanhamento de Meio Termo foi realizado nos dias 06 e 07/08/2015, reunindo, presencialmente, os Coordenadores e/ou representantes de 121 PPG (119 acadêmicos e dois profissionais). Por meio de videoconferência, um conjunto significativo de interessados acompanhou o Seminário, participando das discussões pela apresentação de questões que foram respondidas publicamente.

A metodologia adotada incluiu a realização de autoavaliação, realizada pelos PPG por meio do preenchimento de uma planilha compiladora dos dados referentes a 2013-2014, lançados na Plataforma Sucupira, bem como de uma ficha de autoavaliação. A Coordenação da Área compilou e auditou os dados, apresentando a “fotografia” de meio termo e as perspectivas para a quadrienal 2017 durante o Seminário, acompanhada de detalhada discussão inclusive sobre os princípios do Qualis, métricas em uso e sobre os Mestrados Profissionais.

O retorno das planilhas e fichas de autoavaliação foi da ordem de 88,5%, não sendo, portanto, incluídos nas análises os dados dos 16 Programas que não enviaram seus dados em tempo hábil ou que foram criados recentemente e não teriam dados a fornecer. Além da baixa porcentagem de ausência de retorno da autoavaliação, os Programas que não puderam apurar seus dados parciais encontram-se distribuídos entre as várias temáticas abrangidas pela Área, entre todas as regiões do país, têm notas de 3 a 6 e também são incluídos ME, DO e MP. Essas condições indicam que a amostra de quase 90% dos PPG da Área é plenamente representativa e adequada para

revelar, sem distorções, a “fotografia de meio termo” da pós-graduação em Biodiversidade.

No quesito Corpo Docente (CD), o item Perfil do CD denotou que a entrada de docentes no sistema de pós-graduação (particularmente em PPG de nota elevada) está bastante difícil para recém-doutores e/ou recém-contratados, o que dificulta a renovação da massa crítica docente e diminui o potencial de formar recursos humanos e a produção qualificada. A proposta apresentada pela Área para contornar esse problema é permitir que os PPG incluam docentes que são jovens doutores (aqueles com até cinco anos de conclusão do Doutorado na data do credenciamento) como professor colaborador por um período de avaliação, a qualquer momento, sem que esses colaboradores pesem, negativamente, na proporção colaborador/CD.

A Área de Biodiversidade, após discussões, manterá a exigência de apresentar justificativa para docentes com mais de oito orientações em andamento, caracterizando-os como docentes-exceção, ou seja, docentes de desempenho compatível com a nota 5. Essa medida não se revelou problemática para a elaboração dos relatórios anuais pelos Programas, visto que apenas cerca de 2,2% dos docentes se enquadraram nesta situação.

A Área reconheceu que há grandes limitações, impostas pela relevância de publicações qualificadas com discentes e/ou egressos, para a proposição de projetos de risco, os quais podem resultar ou não em artigos publicáveis em bons periódicos da Área. Assim, a Área deliberou por criar futuramente espaço para um mínimo de ousadia e inovação nos projetos de Dissertações e Teses, passando a analisar um projeto de Dissertação (cursos de Mestrado) ou de Tese (para Programas completos) indicado por cada Programa por ano durante o período de avaliação, o qual poderá, a critério de Comissão designada pela Área para julgar esse material, ser revertido em um equivalente Qualis B2 ou superior (até mesmo A). Esse equivalente Qualis seria adicionado à produção discente qualificada, exclusivamente para avaliar a qualidade de Teses e Dissertações, não se somando à produção qualificada docente.

Chamou a atenção da Área que os dados disponibilizados pela DAV na planilha construída a partir da Plataforma Sucupira denotam graves problemas de preenchimento dos relatórios pelos Programas, os quais impedem o uso de análises automatizadas de dados para a Avaliação Quadrienal sem que sejam feitas correções na base de dados. Em especial, chamam a atenção e prejudicam a acuidade da avaliação: 1. a entrada múltipla de determinados artigos publicados em periódicos (encontram-se artigos inseridos de duas a três vezes na Plataforma Sucupira para os dois anos analisados); 2. a inadequada inclusão de comentários, editoriais e materiais similares, publicados em periódicos, como se fossem artigos completos ou na íntegra. Foi sugerido, durante o Seminário, que a Área adotará medidas contra o preenchimento errado das informações relativas à Produção Intelectual dos Programas, sendo glosados todos os produtos que apresentarem mais de um registro nos relatórios dos Programas e aqueles que apresentem apenas uma página de extensão, desde que não tenha sido devidamente justificada, na Plataforma Sucupira, a excepcionalidade que caracteriza como artigo na íntegra uma publicação nessa condição.

A avaliação da produção técnica na Avaliação Trienal 2013, realizada por meio da classificação dos produtos pelo instrumento Qualis Técnico, representou um ponto de

inovação para os Programas de Mestrado Profissional na Área que, na ocasião, foi dificultada por carência de informações disponíveis nos Relatórios Anuais para qualificação dos produtos de T4 a T1. Houve melhora avaliada nos Seminários de Acompanhamento na qualidade da informação prestada em relação aos dados do triênio 2010-2012, mas não o suficiente para uma avaliação mais completa e precisa dessa produção na área, sendo que, aparentemente, a inclusão dos produtos técnicos gerados pelos docentes não foi feita em sua totalidade nos Relatórios Anuais dos Programas de Mestrado Profissional. Ainda em relação à qualidade de informação, foram identificadas algumas falhas pelos consultores durante a Avaliação Trienal 2013 no que se refere à Proposta do Programa e Inserção Social, o que ainda carece de aprimoramento considerando os relatórios dos anos-base 2013 e 2014.

A quantidade de propostas para abertura de cursos de Mestrado Profissional tem sido baixa na área, mas a perspectiva é de aumento de demanda devido à maior disseminação das informações sobre a modalidade entre a comunidade científica com atuação na área e pelo incentivo a ações de solidariedade pelos Programas Acadêmicos e Mestrados Profissionais, incluídas como critério de avaliação dos Programas com nota 6-7 na Área de Biodiversidade. De modo geral, a Área manteve estabilidade em tamanho e nas diretrizes e critérios de avaliação e para abertura de novos cursos em relação ao triênio 2010-2012, sendo que a principal mudança nesta avaliação de meio termo é a passagem da maioria dos programas profissionais da área da fase de implantação para a fase de consolidação.

Durante o Seminário de Acompanhamento, foi claramente indicada aos Coordenadores e representantes de PPG presentes a necessidade de melhorar a qualidade dos dados inseridos na Plataforma Sucupira. Alertou-se para que todos os dados informados sobre os PPG sejam passíveis de serem auditados pela Coordenação da Área e, futuramente, pela Comissão de Avaliação Quadrienal. Chamou-se a atenção de que toda a informação incluída na Plataforma Sucupira é de responsabilidade da Coordenação do Programa, mesmo quando a fonte original do dado é o currículo Lattes dos membros do Corpo Docente; logo, ao importar determinada informação da Plataforma Lattes, o Coordenador está endossando-a como efetivo produto de seu Programa.

Aos Pró-Reitores, a Área de Biodiversidade indicou a relevância de se realizarem transições harmônicas entre Coordenadores dos Programas de sua Instituição, especialmente quando docentes menos experientes assumem tal função. Isso pode evitar que certos Programas sejam penalizados na avaliação pela falta de informação dos responsáveis institucionais ao construir seus relatórios anuais de atividades.

Especificamente com relação aos Mestrados Profissionais, foi recomendado aos docentes que incrementem a produção bibliográfica e técnica, particularmente a mais qualificada e aquela com participação de discentes e egressos. A natureza de atuação do egresso da modalidade, muitas vezes, dificulta seu envolvimento em atividades de produção intelectual após a conclusão do curso. Neste sentido, é importante que os docentes desenvolvam processos que promovam a produção intelectual com a devida inserção dos discentes ainda durante o curso, bem como viabilizem a produção vinculada aos trabalhos de conclusão de curso. Outra recomendação aos docentes é que aprimorem a sistematização das informações sobre sua produção técnica e tecnológica, de modo a subsidiar as Coordenações na elaboração dos relatórios e

permitir adequada qualificação desta produção. Os Coordenadores devem aprofundar seu entendimento dos critérios e métricas da avaliação, particularmente aqueles relacionados à qualificação da produção técnica, de modo a disseminar estas informações junto ao corpo docente e discente do programa, fornecer informações mais precisas nos relatórios e identificar pontos relevantes para a definição de estratégias do programa. Com relação às Pró-Reitorias e demais instâncias dirigentes, é indicado maior acompanhamento dos Mestrados Profissionais, no que tange à sua sustentabilidade e garantia de funcionamento, particularmente fornecendo apoio para estabelecimento de convênios e parcerias com a iniciativa privada e órgãos públicos e acesso a recursos orçamentários.

III. FICHAS DE AVALIAÇÃO PARA O QUADRIÊNIO 2013-2016

MESTRADO ACADÊMICO E DOUTORADO

Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o/s Quesito/Itens
1 – Proposta do Programa		
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e proposta curricular.	40%	Avaliar se as linhas de pesquisa e os projetos são adequados e articulados com a(s) área(s) de concentração e a proposta do programa. Observar se há distribuição equilibrada dos projetos de pesquisa nas linhas de pesquisa e na(s) área(s) de concentração. Verificar se a proposta explicita claramente o perfil do profissional a ser formado e sua relevância no contexto regional/nacional e ainda sua coerência com a estrutura curricular.
1.2. Planejamento do programa com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios internacionais da área na produção do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social mais rica dos seus egressos, conforme os parâmetros da área.	40%	Observar a existência de estratégias de capacitação docente (ex. pós-doc) e discente (ex. intercâmbios, professores visitantes, bolsas sanduiche), e programas ou projetos em cooperação interinstitucional. Verificar a existência de critérios de credenciamento e descredenciamento docente ou aqueles relacionados à abertura de vagas pelo Corpo Docente (CD) que possam ser interpretados como estratégia de desenvolvimento futuro. Avaliar as titulações Mestre Equivalente

		(MScEq) orientadas por Docentes Permanentes (NP) em relação ao total.
1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e, se for o caso, extensão.	20%	Verificar a adequação da infraestrutura relacionada a: (a) secretaria de pós-graduação; (b) laboratórios equipados adequadamente em relação às áreas de concentração do programa; (c) acesso a Internet para alunos e professores; (d) suporte de biblioteca; (e) estrutura de coordenação do Programa.
2 – Corpo Docente	15%	
2.1. Perfil do corpo docente, consideradas titulação, diversificação na origem de formação, aprimoramento e experiência, e sua compatibilidade e adequação à Proposta do Programa.	10%	Avaliar a adequação e compatibilidade do CD por meio de sua atuação em atividades de docência no Programa. (% do CD com atividade de orientação e % de docentes colaboradores)
2.2. Adequação e dedicação dos docentes permanentes em relação às atividades de pesquisa e de formação do programa.	40%	Avaliar a adequação e dedicação do núcleo de docentes permanentes (NP). (mediana de oferta de disciplinas e % do NP exclusivo)
2.3. Distribuição das atividades de pesquisa e de formação entre os docentes do programa.	30%	Avaliar a porcentagem de docentes do NP que coordena/participa em Projetos com financiamento externo. Avaliar a presença de orientadores com mais de 8 alunos em orientação simultânea, em todos os cursos em que atua, sem justificativa.
2.4. Contribuição dos docentes para atividades de ensino e/ou de pesquisa na graduação, com atenção tanto à repercussão que este item pode ter na formação de futuros ingressantes na PG, quanto (conforme a área) na formação de profissionais mais capacitados no plano da graduação. Obs.: este item só vale quando o PPG estiver ligado a curso de graduação; se não o estiver, seu peso será redistribuído proporcionalmente entre os demais itens do quesito.	10%	Avaliar a porcentagem de docentes do NP com atividades de ensino e/ou orientação na graduação.
2.5. Dimensão do núcleo docente permanente	10%	Avaliar a dimensão do núcleo docente permanente e sua adequação ao conjunto de atividades do Programa.
3 – Corpo Discente, Teses e Dissertações	35%	
3.1. Quantidade de teses e dissertações	15%	Avaliar o número de teses e dissertações

defendidas no período de avaliação, em relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo discente.		defendidas por docente no período de avaliação (mediana do número de titulados MScEq por docente do NP).
3.2. Distribuição das orientações das teses e dissertações defendidas no período de avaliação em relação aos docentes do programa.	15%	Avaliar a porcentagem de docentes (NP) com orientações concluídas no período de avaliação (%NP c/ >1 MScEq titulado).
3.3. Qualidade das Teses e Dissertações e da produção de discentes autores da pós-graduação e da graduação (no caso de IES com curso de graduação na área) na produção científica do programa, aferida por publicações e outros indicadores pertinentes à área.	55%	Avaliar a relação entre número de discentes e/ou egressos com produtos Qualis B5 ou superior e o número de titulados Mestre-equivalente (1 Doutor titulado equivalendo a 2 Mestres titulados). Avaliar a relação entre número de produtos Qualis B1 ou superior com discente e/ou egresso e o número de titulados Mestre-equivalente.
3.4. Eficiência do Programa na formação de mestres e doutores bolsistas: Tempo de formação de mestres e doutores e percentual de bolsistas titulados.	15%	Avaliar tempo de titulação de mestres e doutores.
4 – Produção Intelectual	35%	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.	40%	Avaliar número de produtos B1 ou superior do Programa com participação de docente permanente por docente do NP.
4.2. Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa.	55%	Avaliar porcentagem de docentes do NP que atendem aos requisitos: i) com número de produtos B2 ou superior ≥ 6 ; ou ii) com número de produtos A ≥ 2 . Avaliar % do NP com 3 ou mais produtos A.
4.3. Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes.	5%	Avaliar número de produtos técnicos por docente permanente. (livros, capítulos e pareceres como referee para periódico B5 ou superior)
4.4. Produção Artística, nas áreas em que tal tipo de produção for pertinente.	-	Não aplicável.
5 – Inserção Social	15%	
5.1. Inserção e impacto regional e (ou) nacional do programa.	40%	Avaliar: destino de egressos; percentual de docentes com pareceres para órgãos de fomento nacionais/internacionais e pareceres como referee de periódico B1 ou superior.
5.2. Integração e cooperação com outros programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionados à área de conhecimento do programa,	40%	Avaliar a extensão de programas de solidariedade/cooperação internacionais, nacionais e regionais entre Programas de diferentes IES, com empresas ou com a

com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação.		Educação Básica; entre outros.
5.3 - Visibilidade ou transparência dada pelo programa a sua atuação.	20%	Considerar manutenção de página Web atualizada com informações detalhadas do Programa e a existência de página Web também em Inglês; existência de links com amplo acesso a Teses e Dissertações; entre outros.

MESTRADO PROFISSIONAL

Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o Quesito/Itens
1 – Proposta do Programa		
1.1 Coerência, consistência, abrangência e atualização da(s) área(s) de concentração, linha(s) de atuação, projetos em andamento, proposta curricular com os objetivos do Programa	30%	Examinar se o conjunto de atividades e disciplinas, com suas ementas, atende às características do campo profissional, à(s) área(s) de concentração proposta(s), linha(s) de atuação e objetivos definidos pelo Programa em consonância com os objetivos da modalidade Mestrado Profissional.
1.2. Coerência, consistência e abrangência dos mecanismos de interação efetiva com outras instituições, atendendo a demandas sociais, organizacionais ou profissionais.	25%	Examinar se o conjunto de mecanismos de interação e as atividades previstas junto aos respectivos campos profissionais são efetivos e coerentes para o desenvolvimento desses campos/setores e se estão em consonância com o corpo docente.
1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e administração.	20%	Examinar a adequação da infraestrutura para o ensino, a pesquisa, a administração, as condições laboratoriais ou de pesquisa de campo, áreas de informática e a biblioteca disponível para o Programa.
1.4. Planejamento do Programa visando ao atendimento de demandas atuais ou futuras de desenvolvimento nacional, regional ou local, por meio da formação de profissionais capacitados para a solução de problemas e práticas de forma inovadora.	25%	Examinar as perspectivas do Programa, com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios da Área na produção e aplicação do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social e profissional mais rica dos seus egressos conforme os parâmetros da Área de Biodiversidade.

2 – Corpo Docente	20%	
2.1. Perfil do corpo docente, considerando experiência como pesquisador e/ou profissional, titulação e sua adequação à Proposta do Programa.	55%	<p>Examinar se o Corpo Docente Permanente (NP) é formado por doutores, profissionais e técnicos com experiência em pesquisa aplicada ao desenvolvimento e à inovação (PD&I conforme legislação vigente sobre Mestrados Profissionais).</p> <p>Examinar se o Corpo Docente atua em PD&I na(s) área(s) de concentração do Mestrado Profissional.</p>
2.2. Adequação da dimensão, composição e dedicação dos docentes permanentes para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e formação do Programa.	20%	<p>Examinar a adequada proporção de Docentes Permanentes em relação ao total de docentes para verificar a existência ou não de dependência em relação a docentes colaboradores ou visitantes.</p> <p>Examinar a participação de docentes em projetos de pesquisa científicos, tecnológicos e de inovação financiados por setores governamentais ou não governamentais.</p> <p>Examinar a carga horária de dedicação dos docentes permanentes no programa, considerando o estabelecido na legislação vigente relativa ao Mestrado Profissional.</p>
2.3. Distribuição das atividades de pesquisa, projetos de desenvolvimento e inovação e de formação entre os docentes do Programa.	25%	Examinar a distribuição das atividades de ensino, pesquisa e desenvolvimento e orientação do programa entre os Docentes Permanentes.
3 – Corpo Discente e Trabalho de Conclusão	30%	
3.1. Quantidade de trabalhos de conclusão (MP) aprovados no período e sua distribuição em relação ao corpo discente titulado e ao corpo docente do programa.	30%	<p>Examinar a relação entre o número de trabalhos (conforme preconizado na legislação vigente sobre Mestrado Profissional) concluídos e o número de alunos matriculados no período.</p> <p>Examinar a relação entre o número de trabalhos (conforme preconizado na legislação vigente sobre Mestrado Profissional) concluídos e o número de docentes do programa.</p>
3.2. Qualidade dos trabalhos de conclusão produzidos por discentes e egressos.	45%	<p>Examinar as publicações em revistas, livros e outros meios de divulgação científica ou técnica.</p> <p>Examinar a produção técnica, que não foi objeto</p>

		de publicação, dos alunos e egressos.
3.3. Aplicabilidade dos trabalhos produzidos.	25%	Examinar a aplicabilidade do trabalho de Mestrado desenvolvido junto a setores não acadêmicos, órgãos públicos/privados, etc.
4 – Produção Intelectual	30%	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.	20%	Quantitativo. Avaliar por docente do NP o número médio de artigos B3 ou superior.
4.2. Produção artística, técnica, patentes, inovações e outras produções consideradas relevantes.	20%	Examinar a Produção técnica e tecnológica qualificada por docente permanente Quantitativo. Avaliar porcentagem de docentes do NP que atendem aos requisitos: i) com número de produtos T4 ou superior ≥ 4 ; ii) com número de produtos T2 ou superior ≥ 2 .
4.3. Distribuição da produção científica e técnica ou artística em relação ao corpo docente permanente do programa.	40%	Quantitativo. Avaliar a porcentagem de docentes do NP que atendem ao requisito: com número de produtos B3 ou superior somados aos produtos técnicos T3 ou superior ≥ 6 .
4.4. Articulação da produção artística, técnica e científica entre si e com a proposta do programa.	20%	Examinar a articulação entre a produção artística, técnica e a publicação científica qualificada do programa. Quantitativo. Avaliar o número de produtos B5 ou superior e produtos T5 ou superior de docentes permanentes e/ou discentes/egressos articulados às linhas de pesquisa do programa, pelo número de docente do NP.
5 – Inserção Social	20%	
5.1. Impacto do Programa.	35%	Examinar se a formação de recursos humanos qualificados para a sociedade busca atender aos objetivos definidos para a modalidade Mestrado Profissional, contribuindo para o desenvolvimento dos discentes envolvidos no projeto, das organizações públicas ou privadas do Brasil. - Examinar se o Mestrado Profissional atende obrigatoriamente a uma ou mais dimensões de impacto (tais como dimensão: social, educacional, sanitário, tecnológico, econômico, ambiental, cultural, artístico, legal etc.), nos

	<p>níveis local, regional ou nacional.</p> <p>a) Impacto social: formação de recursos humanos qualificados para a Administração Pública ou a sociedade que possam contribuir para o aprimoramento da gestão pública e a redução da dívida social, ou para a formação de um público que faça uso dos recursos da ciência e do conhecimento no melhoramento das condições de vida da população e na resolução dos mais importantes problemas sociais do Brasil.</p> <p>b) Impacto educacional: contribuição para a melhoria da educação básica e superior, o ensino técnico/profissional e para o desenvolvimento de propostas inovadoras de ensino.</p> <p>c) Impacto tecnológico: contribuição para o desenvolvimento local, regional e/ou nacional destacando os avanços gerados no setor empresarial; disseminação de técnicas e de conhecimentos.</p> <p>d) Impacto econômico: contribuição para maior eficiência nas organizações públicas ou privadas, tanto de forma direta como indireta.</p> <p>e) Impacto sanitário: contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para a gestão sanitária bem como na formulação de políticas específicas da Área da Saúde.</p> <p>f) Impacto cultural: contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento cultural, formulando políticas culturais e ampliando o acesso à cultura e ao conhecimento.</p>
--	---

		<p>g) Impacto artístico: contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento artístico, formulando propostas e produtos inovadores.</p> <p>h) Impacto profissional: contribuição para a formação de profissionais que possam introduzir mudanças na forma como vem sendo exercida a profissão, com avanços reconhecidos pela categoria profissional.</p> <p>i) Impacto legal: contribuição para a formação de profissionais que possam aprimorar procedimentos e a normatização na área jurídica, em particular entre os operadores do Direito, com resultados aplicáveis na prática forense.</p> <p>j) Outros impactos considerados pertinentes pela Área: Poderão ser incluídas outras dimensões de impacto consideradas relevantes e pertinentes, respeitando suas especificidades e dinamismos, e que não foram contempladas na lista acima.</p>
<p>5.2. Integração e cooperação com outros Cursos/Programas com vistas ao desenvolvimento da pós-graduação.</p>	<p>20%</p>	<p>Examinar a participação em programas de cooperação e intercâmbio sistemáticos com outros na mesma área, dentro da modalidade de Mestrado Profissional; a participação em projetos de cooperação entre cursos/Programas com níveis de consolidação diferentes, voltados para a inovação, na pesquisa, o desenvolvimento da pós-graduação ou o desenvolvimento econômico, tecnológico e/ou social, particularmente em locais com menor capacitação científica ou tecnológica.</p>
<p>5.3. Integração e cooperação com organizações e/ou instituições setoriais relacionados à área de conhecimento do Programa, com vistas ao desenvolvimento de novas soluções, práticas, produtos ou serviços nos ambientes profissional e/ou acadêmico.</p>	<p>20%</p>	<p>Examinar a participação em convênios ou programas de cooperação com organizações/instituições setoriais, voltados para a inovação na pesquisa, o avanço da pós-graduação ou o desenvolvimento tecnológico, econômico e/ou social no respectivo setor ou região;</p> <p>a abrangência e quantidade de organizações/instituições a que estão vinculados</p>

		os alunos; a introdução de novos produtos ou serviços (educacionais, tecnológicos, diagnósticos etc.), no âmbito do Programa, que contribuam para o desenvolvimento local, regional ou nacional.
5.4. Divulgação e transparência das atividades e da atuação do Programa.	25%	<p>Examinar a divulgação atualizada e sistemática do Programa, a qual poderá ser realizada de diversas formas, com ênfase na manutenção de página na internet. Entre outros itens, será importante a descrição pública de objetivos, estrutura curricular, critérios de seleção de alunos, corpo docente, produção técnica, científica ou artística dos docentes e alunos, financiamentos recebidos da Capes e de outras agências públicas e entidades privadas, parcerias institucionais, difusão do conhecimento relevante e de boas práticas profissionais, entre outros. A procura de candidatos pelo programa pode ser considerada desde que relativizada pelas especificidades regionais e de campo de atuação.</p> <p>Examinar a divulgação dos trabalhos finais, resguardadas as situações em que o sigilo deve ser preservado.</p>

IV. CONSIDERAÇÕES E DEFINIÇÕES SOBRE INTERNACIONALIZAÇÃO/INSERÇÃO INTERNACIONAL

A internacionalização da pós-graduação pode ser definida e mensurada na Área de Biodiversidade a partir da inserção internacional dos itens i) produção científica de elevada qualidade, ii) atividade docente e formação discente, e ainda na iii) consolidação dos PPG nacionais enquanto possibilidade de formação para discentes estrangeiros e como local adequado para o desenvolvimento de pesquisas com parceiros internacionais. Objetivamente, a Área procurará mensurar o grau de internacionalização ou a inserção internacional de um PPG por meio das medidas relativas de: (1) Número de Docentes Permanentes que foram diretores ou presidentes de sociedade científica internacional; (2) Número de livros ou capítulos de livro de

editoras internacionais de renome (por exemplo, Springer, Elsevier, Oxford, ou equivalentes); (3) Número de Docentes Permanentes com participação em comitê editorial de periódico estrangeiro (Qualis B1 ou superior); (4) Número de Docentes Permanentes com participação em convênio ou projeto de pesquisa com financiamento internacional; (5) Número de reuniões científicas internacionais organizadas; (6) Número de Docentes Permanentes com participação em bancas ou comitê de acompanhamento de pós-graduando no exterior ou ainda que receberam aluno do exterior para desenvolver parte de seu projeto no Brasil; (7) Número de Docentes Permanentes com produtos B1 ou superior em coautoria com pesquisadores de instituições estrangeiras; (8) Número de palestras ou equivalentes ministradas por pesquisadores visitantes de instituições estrangeiras; (9) Número de disciplinas ministradas por pesquisadores visitantes de instituições estrangeiras; (10) Número de pesquisadores de instituições estrangeiras como orientadores/coorientadores no programa; (11) Número de pós-doc estrangeiros (titulados no exterior) associados ao Programa; (12) Número de alunos de Doutorado que realizaram estágio no exterior em relação ao número total de matriculados de Doutorado no quadriênio; (13) Número de alunos de Doutorado que participaram de eventos científicos ou de cursos de curta duração no exterior em relação ao número total de matriculados de Doutorado no quadriênio; (14) Número de alunos estrangeiros matriculados no Programa em relação ao número total de matriculados no triênio; (15) Número de docentes permanentes com 4 ou mais produtos Qualis A2 ou superior, ou 6 ou mais produtos Qualis B1 ou superior no quadriênio; (16) Número de produtos Qualis A2 ou superior com participação de discente ou egresso por titulado Mestre equivalente; (17) Número de docentes permanentes com $H \geq 7^*$; (18) Número de docentes permanentes com $H \geq 10^*$.

* Valores de H registrados no currículo Lattes por meio do link para ResearcherID (Thomson Reuters). Estes valores críticos do índice H foram obtidos a partir de estudo de Kelly & Jennions 2006 (TREE 21, 167-170) citado pela área de Ecologia na Trienal 2010.

Os itens citados acima são extraídos das informações registradas pelos Programas na base Sucupira e são de uso corrente na Área de Biodiversidade, já tendo sido usados na Avaliação Trienal 2013. A Área utilizará também informações do SCIVAL, cujos grupos de pesquisadores por Programa já estão sendo atualizados pela Coordenação de Área. Nesta ferramenta poderão ser extraídas informações por Programa sobre colaboração internacional e com corporações privadas, citações por publicação, impacto ponderado das citações e outras medidas relacionadas ao grau de internacionalização e ao impacto internacional do Programa.

É condição necessária para avaliação positiva da internacionalização de um Programa na Área de Biodiversidade a existência e manutenção de página Web em Inglês.

A atribuição de notas 6 e 7 deverá, na área de Biodiversidade, acompanhar fortemente os indicadores objetivos de internacionalização relacionados aos itens descritos acima. Atenção especial será dada a métricas baseadas nos itens (15), (16), (17) e (18).

A análise de dados seja do SCIVAL seja da base Web of Science da Thomson Reuters indicou uma forte inserção de programas de diversas regiões brasileiras em bons patamares de internacionalização. Esta análise está amplamente respaldada no reconhecimento internacional da maturidade da área do conhecimento que significa o conjunto de PPG em Biodiversidade brasileiros. A título de exemplo, que complementa dados já indicados nas Considerações gerais sobre o estágio atual da Área, o crescente impacto e internacionalização da área pode ser constatado restringindo a busca aos artigos publicados até ao momento no Quadriênio (2013 a 29 de setembro de 2016) aos dois principais periódicos da categoria Multidisciplinar na Thomson Reuters Web of KnowledgeSM, a Science e a Nature. Na Science o refinamento neste período para País = Brazil indica um total de 86 itens fonte indexados e destes mais de 40% possuem autoria de algum(ns) docente(s) de Programa(s) da Área de Biodiversidade. Já na Nature o refinamento para País = Brazil indica 65 publicações no período das quais mais de 30% possuem autoria de algum(ns) docente(s) de Programa(s) da Área de Biodiversidade.

Na perspectiva de atender, no futuro, a um maior grau de internacionalização dos PPG na área de Biodiversidade, recomenda-se que sejam realizados maiores esforços no sentido de consolidar os PPG nacionais enquanto possibilidade de formação para discentes estrangeiros e como local adequado para o desenvolvimento de pesquisas com parceiros internacionais.

As notas 6 e 7 serão reservadas **exclusivamente** para os programas com doutorado que obtiveram nota final 5 e conceitos **Muito Bom** (MB) em todos os quesitos da ficha de avaliação e que atendam, necessariamente, às seguintes condições:

- Desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área;
 - Nível de desempenho diferenciado em relação aos demais programas da área;
 - Solidariedade;
 - Nucleação
-
- Nota 6: predomínio de conceito Muito Bom (MB) nos itens de todos os quesitos da ficha de avaliação, mesmo com eventual conceito Bom (B) em alguns itens.
 - Nota 7: Conceito Muito Bom (MB) em todos os itens de todos os quesitos da ficha de avaliação

V. OUTRAS CONSIDERAÇÕES DA ÁREA DE AVALIAÇÃO

Pontos fortes da Área – Além do grande destaque que a Área vem apresentando em diversos indicadores internacionais de produção intelectual, destacamos a reestruturação que o Qualis vem sofrendo ao longo dos últimos anos.

Apesar da heterogeneidade de temas a abordagem desenvolvida para a avaliação, em especial no que se refere à qualificação da produção intelectual, permitiu uma avaliação indiferenciada dos PPG. Ponto fundamental foi reconhecer que o Fator de Impacto (FI) reflete fortemente o efeito de temas ou áreas do conhecimento, e, a partir disso, operacionalizar uma medida de FI “padronizada” (FIp) por tema utilizando dados do sistema de indexação do *Web of Knowledge-ISI*.

Todas as avaliações estão baseadas em critérios quantitativos/objetivos e em indicadores de qualidade que apoiam a análise/decisão da proposta dos Programas realizada por consultores especialistas da Área. O desempenho dos PPG é avaliado considerando os objetivos indicados na sua Proposta, particularmente na indicação de perfil profissional do egresso.

Cuidados na avaliação da produção de qualidade, ainda que não de grande fator de impacto (FIp), são considerados a partir do uso do índice H dos periódicos e da inclusão da base SciELO. A transparência é amplamente atendida nos pareceres da Área. A avaliação é realizada para PPG e não para docentes individualmente. O efeito sistêmico “negativo” da avaliação é reconhecido pela área que além de indicar permanentemente que a avaliação não é um “jogo”, está buscando mecanismos de favorecer/permitir minimamente o risco/ousadia nos projetos de Dissertações e Teses.

Os critérios, métricas e indicadores da área foram desenvolvidos para atender conceitualmente à avaliação de Programas de Pós-Graduação e são continuamente discutidos e atualizados ou modificados em discussões com a comunidade acadêmica (em Comissões, em eventos científicos e em reuniões como a dos Seminários de Acompanhamento).

Pontos frágeis da Área – há ainda uma baixa proporção de Programas com Doutorado, particularmente no Nordeste. Foi registrado, no acompanhamento, um distanciamento negativo dos Programas nota 3, particularmente na Produção Intelectual e na Qualidade de Dissertações. A Área de Biodiversidade ainda apresenta uma baixa proporção em relação às demais Áreas de Programas Profissionais